

XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Simpósio Temático 76: História das idéias, dos intelectuais e das instituições: perspectiva de análises interdisciplinares

Título do trabalho: **GOIÂNIA: UMA IDÉIA RECORRENTE E SEU USO POLÍTICO**

Autor: *Dulce Portilho Maciel*

Filiação institucional: **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

Introdução

A idéia de se transferir a sede do governo goiano da cidade de Goiás, antiga Vila Boa, para outra localidade, foi aventada pela primeira vez em 1830, pelo então governador da Província (o segundo no Império). Desde aí, ela voltaria à baila em diversas ocasiões, principalmente em discursos oficiais, usando-se em sua defesa, repetidamente, argumentos pretensamente técnicos e/ou científicos. A fundação da cidade de Goiânia viria a ocorrer em 1933, por ato do então Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.

Com o advento do regime do Estado Novo no país, Goiânia incorporou-se ao discurso em justificação do novo regime, inserido na campanha da Marcha para o Oeste empreendida pelo governo federal, na condição de símbolo de um Brasil novo e vigoroso, capaz de produzir, mediante energias próprias, brotadas do seio do seu território interiorano, realizações extraordinárias.

Este trabalho toma como base fontes documentais primárias, incluindo-se aí relatórios, correspondências oficiais, matérias publicadas na imprensa periódica, memórias, depoimentos, coletâneas comentadas de documentos, etc. Grande parte desta documentação entende a cidade de Goiânia exclusivamente como um produto da ação do Estado ou, mais particularmente, da vontade pessoal de Pedro Ludovico, em prol do desenvolvimento deste Estado e/ou de toda a região Centro-Oeste - e assim, portanto, do Brasil. Vamos justapor a esta versão, que é a da história oficial da cidade, indícios existentes de que muitas das medidas então tomadas estavam impregnadas de intenções de alcance mais imediato, como, por exemplo, a obtenção de vantagens políticas de curto prazo.

1. A transferência da capital

Segundo Ofélia Monteiro, a primeira historiadora oficial de Goiânia (*Como nasceu Goiânia*, editado em 1938), a idéia de se transferir a sede do governo goiano da cidade de Goiás para outra localidade foi lançada, pela primeira vez, em 1830, pelo então governador da Província, Miguel Lino de Moraes. A este respeito, recorre a Americano do Brasil (em *Súmula da História de Goiás*, de 1932):

"A primeira animosidade contra o depois marechal de campo Miguel Lino de Moraes... surgiu quando, na instalação do Conselho Geral... enumerando os problemas vitais da

província, concluiu que a mudança da Capital para o norte, nas proximidades de Água Quente, região mais povoada e de progresso mais franco, era medida a ser tomada com urgência. A opinião não agradou ao espírito da população da histórica bacia do Rio vermelho..." (Brasil,1961:101)

Três décadas depois, o então governador, General Couto Magalhães (a partir de 1863), relançava e desenvolvia aquela idéia, usando um discurso (constante do seu livro *Primeira viagem ao Araguaia*) em que introduziu, na defesa do ponto de vista da mudança, argumentos de conteúdo "sanitário". O médico Pedro Ludovico Teixeira quando, sessenta anos mais tarde, necessitou defender vigorosamente a mesma idéia, tomou-se de gosto pelos argumentos criados pelo antigo governador.

Em relatório relativo ao período 1930-33¹, apresentado ao então Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, o Interventor em Goiás transcreve longo trecho daquele discurso, segundo o qual uma cidade, para servir como capital de uma Província, necessitaria reunir condições "higiênicas", "comerciais" e "administrativas" adequadas à função, inaugurando um estilo de argumentação pelo qual a velha Goiás representaria a antítese do modelo de cidade apropriada para exercer tal função.

Quanto às suas condições de salubridade, Couto Magalhães afirma: "não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado ..., um onde se reúnam tantas moléstias graves." Cita, entre as doenças mais comuns na cidade, a hidropisia, a hipertrofia do coração, as aneurismas, a lepra (de três tipos), a tísica, o idiotismo, e ainda outras. Com relação às condições comerciais, o discurso não se estende, segundo seu autor, porque: "Basta ver o que há, para desanimar-se... O comércio aqui vive exclusivamente dos empregados públicos e da força de linha." Quanto às condições administrativas, entendidas por ele, ao que parece, como constituídas exclusivamente pelos meios de transporte, suas palavras são também desalentadoras: "a situação da cidade, encravada entre serras, faz com que sejam péssimas e de difícil trânsito as estradas que aqui chegam." Finalizando, Couto Magalhães resume sua visão acerca do assunto: "Em uma palavra - Goiás, não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada." (*Apud* Teixeira, 1933: 119-120)

Pedro Ludovico Teixeira - o "Doutor Pedro", como é conhecido entre os goianos, mesmo ainda hoje -, naquele relatório, lança também mão, em reforço à sua tese "mudancista", ali longamente defendida, de diagnóstico acerca das condições sanitárias da cidade de Goiás produzido já no final do século, pelo então presidente da Província, Rodolfo Gustavo da Paixão - apresentado em sua mensagem de 1891 à Assembléia Estadual. Conforme o Presidente, o estado sanitário desta cidade estava a exigir, naquela ocasião, enérgicas providências:

"Com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, a arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutar preceitos da moderna higiene; esgueirando-se às margens do Rio Vermelho, mas curtindo verdadeira

sede de Tântalo, visto como a água viscosa deste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas...; desprovida de bom sistema de esgotos, capaz de evitar o uso... das latrinas perfuradas no terreno..., a decadente Vila Boa hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que hão de, em breve, transformá-la em vasta Necrópole..." (Paixão, *apud* Teixeira, *ibid.*:111-112)

O Interventor aproveitou-se deste diagnóstico, tanto no referido relatório, como em várias outras oportunidades, para fundamentar seus argumentos "sanitários" em favor da mudança. É, porém, neste documento, que seu discurso adquire maior contundência, em trechos como:

_ "Hoje, como em 1890, as habitações da cidade... aberram a todos os princípios de higiene e todas as utilidades de conforto: 98% da população da Capital dorme em alcovas bafientas, que nunca receberam sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior." (*Ibid.*:112)

_ "O problema do abastecimento de água permanece insolúvel, tal como em 1890, tal como sempre... [...] A contingência secular de necessitar a população de um exército de baldeadores de água, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local, o Bobo... Contam-se às dezenas, nesta Capital, os infelizes classificáveis no extenso grupo patológico dos débeis mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela miséria física ou por outras causas degenerescentes, congênicas ou adquiridas, os quais, como verdadeiras máquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das famílias que os acolhem." (*Ibid.*:115)

No relatório em foco, Pedro Ludovico informa ao Chefe da Nação que, por outro lado, a própria Constituição do Estado de Goiás previa a mudança por ele pretendida, no seu artigo 5o., título I: "A cidade de Goiás continuará a ser a Capital do estado, enquanto outra cousa não deliberar o Congresso." E, insistindo no ponto de que a idéia estivera presente na consciência dos goianos, ao longo do tempo, menciona, como prova disto, uma cláusula incluída no contrato firmado, em 1918, entre o Estado e a Empresa de Força e Luz da Capital: "Se a Capital do Estado for mudada para outra localidade, a Empresa fica com o direito de manter aí o serviço de iluminação e força elétrica..." (*Ibid.*:121ss.)

Nos últimos anos, as ciências sociais vêm deslocando sua atenção das análises globais das políticas do Estado central para estudar, entre outras questões, a localização de poder fora do âmbito exclusivo das classes sociais (sem deixar de incluí-las, contudo). Esta tendência vem permitindo abordagens múltiplas, entre elas, a que identifica no saber técnico a origem de um poder que se constrói ao nível do imaginário, transformando-se, a seguir, em políticas de ação social.

Nesta linha, F. Itami Campos examinou o discurso de Pedro Ludovico, sob uma ótica em que o saber médico do personagem político serviu como instrumento de reforço e legitimação do poder do Estado. Conforme seu ponto de vista, O Estado de Goiás é por Ludovico examinado como se fosse "um doente: o trabalhador rural e suas condições miseráveis...; a economia; a fartura e a indolência; o saneamento urbano e o rural; a viação; as atividades escolares; o exercício das profissões, a justiça e a força pública. Em tudo, interfere, esquadrinha." (Campos, 1980:30-31)

Para certas "mentalidades" mais progressistas da época, a Capital de Goiás era expressão do atraso e do isolamento a que o Estado estivera fadado. A utilização do saber técnico como argumento a favor da mudança da sede do governo para outra localidade provinha de diferentes áreas de conhecimento. Vejamos, à guisa de exemplo, um trecho do discurso de Armando de Godoy, um urbanista então muito conceituado no país, apresentado sob o título "As razões do atraso de Goiás":

"Atribuo o pouco ponderável progresso de vosso Estado ao fato de nele não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. A necessidade disso se vem impondo há muito tempo e vós... goianos ilustres... entenderam que não se pode adiar a solução de tal problema..."²

No que se refere à maior parte da população goiana, à época, analfabeta e rústica, é pouco provável que tais discursos tenham produzido maior ressonância, pelo menos inicialmente. O discurso "progressista" de Pedro Ludovico era dirigido, porém, ao sul e ao sudoeste do Estado de Goiás, "onde a agricultura se expandia e a exigência de meios de comunicação, de escolas, de desenvolvimento, enfim, era grande." (Campos,*op.cit.*:32)

A reação anti-mudancista era liderada pelos Caiado (oligarquia deposta pelo movimento político de 1930) e seus correligionários, entrincheirados sobretudo na cidade de Goiás. Itami Campos, em outro trabalho, produz dados estatísticos que evidenciam a hegemonia política exercida pela cidade em relação ao resto do Estado, durante a República Velha: "eram da Capital ... 83,3% dos Senadores Federais goianos; 81,8% dos Presidentes do Estado; 76,5% dos membros das Comissões Executivas dos partidos situacionistas; 57,1% dos Deputados Federais; e, 28,1% dos Senadores Estaduais." (Campos,1983:53)

A tese defendida por Itami Campos é a de que a mudança da capital, além de ter respondido a anseios das novas forças econômico-sociais das regiões mais prósperas do Estado de Goiás, constituiu-se, antes de tudo, numa tática política; isto é: transferir o aparelho de Estado e o centro de decisões políticas para local onde as forças de oposição não fossem tão fortemente representadas. Este é também o ponto de vista de outros intelectuais goianos: "ao tomar as rédeas da administração ele [Ludovico] se confronta com a ingovernabilidade do Estado a partir da cidade de Goiás. O imobilismo, a teia dos entrelaçamentos familiares, os interesses assentados secularmente, tornavam impossível até mesmo a obediência administrativa." (Moreyra, 1990:156)

Em várias ocasiões, mais tarde, Pedro Ludovico reconheceria que os motivos que o levaram a empreender a mudança da sede do governo goiano não se restringiram às condições físicas da cidade de Goiás. Mas, mesmo no calor daqueles acontecimentos, seu discurso já fornecia indicações claras a respeito de pelo menos uma de tais outras razões. Em memorial dirigido ao presidente Getúlio Vargas em 1935, por exemplo, ele dizia: "Uma das idéias que me têm preocupado,

vivamente, é a da mudança da Capital do meu Estado. A cidade de Goiás... acha-se mal localizada, longe das zonas prósperas que são as do sul e sudoeste do Estado. É um ponto isolado e não a sede centrípeta dos interesses econômicos e gerais." (*In: Sabino Júnior, 1960:56*) E, já no seu discurso na cerimônia de inauguração oficial de Goiânia, em 1942, retratava-se Pedro Ludovico:

"Confesso, fazendo justiça à velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. É um centro urbano relativamente saudável... Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente..." (Teixeira, 1973:192; grifo nosso.)

2. Goiânia e a Marcha para o Oeste

A campanha da Marcha para o Oeste foi lançada por Getúlio Vargas tão logo instaurou-se, no país, o regime do Estado Novo. Nada teria podido, provavelmente, ser mais eficaz que isto, no convencimento à opinião pública brasileira da sua legitimidade. Tratava-se de um regime político que se propunha a garantir, por um lado, a nossa integridade geográfica, em face da então patente possibilidade de ameaça externa (na conjuntura da II Grande Guerra), e, por outro, o desenvolvimento econômico nacional, em bases novas e progressistas, aproveitando-se todas as potencialidades do nosso território. Veja-se trechos do discurso de lançamento dessa campanha, pronunciado por Vargas, no limiar de 1938:

"Retomando a trilha dos pioneiros... precisamos de novo suprimir obstáculos..., abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. *O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste.* [...] E lá teremos de ir buscar - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial." (*In: IBGE, 1942:1-2*)

Em agosto de 1940, o Presidente visitou Goiânia; era a primeira vez que um Chefe da Nação brasileira pisava em solo goiano. Durante aquela visita, o Presidente Vargas pronunciaria um de seus mais conhecidos discursos referentes à Marcha para o Oeste:

"A visita que ora vos faço é prova de uma concepção renovadora da Pátria grande e forte. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país grandes forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infundáveis, onde estarão amanhã os grandes celeiros da Nação, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste." (*In: Teixeira, op.cit.:124*)

A essa altura, Goiânia inserira-se já no discurso da Marcha para o Oeste, na condição de símbolo de um "Brasil Novo, um Brasil brasileiro, voltado para si próprio, cheio de esperanças..." (Figueiredo, 1984:11) Esta inserção servia bem aos dois lados, governos goiano e federal, havendo, porém, uma diferença básica no que se refere ao ângulo pelo qual cada um via e tirava partido da nova cidade.

Do ponto de vista do governo goiano, a cidade "vanguardeira da Marcha para o Oeste" era "uma obra filha do esforço e do labor locais", brotada da própria região, "do pleno núcleo geográfico do País." Nesta condição, servia de "referência para o aquilamento do valor e energia

moral do sertanejo" - este, naturalmente, desde que orientado "por administradores idealistas e de visão". (Costa,1985:92-93)³

Do ponto de vista do governo federal, a nova cidade, então já bastante conhecida, nacionalmente, pelo vanguardismo de sua arquitetura, pelo avanço das técnicas de construção nela empregadas e pelo dinamismo de seu desenvolvimento econômico e populacional, em virtude da ampla propaganda que em tais termos se realizara, era, antes de tudo, filha do movimento revolucionário de 1930, e do mais que a ele sobreveio, aí incluído o novo regime político, este, um passo adiante na evolução daquele mesmo movimento.

Entre os dias 20 de junho e 10 de julho de 1942, deu-se o "batismo cultural" de Goiânia, como se chamou o conjunto de cerimônias realizadas para solenizar a inauguração oficial da nova Capital do Estado de Goiás. Dos eventos oficiais participaram representantes de quase todos os Ministérios e de diversas Interventorias e outras instituições federais, assim como delegações da maioria dos Estados. Naquela oportunidade, Pedro Ludovico Teixeira lançou ao Brasil, através da imprensa, uma mensagem emocionante; veja-se um trecho:

"Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado. Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, Capital de Goiás. Ao entregar à comunhão nacional a cidade, cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro esplendoroso."⁴

Na campanha da Marcha para o Oeste e no mais a ela relacionado, esse era, em regra, o tom dos discursos oficiais. Mas, ao que parece, também a Igreja (ou parte dela), não só havia aderido ao regime do Estado Novo e aos propósitos daquele discurso, como, ainda, deste adotara o tom e as referências simbólicas. Veja-se, abaixo, certas partes do sermão pronunciado pelo então Arcebispo de Cuiabá (e membro da Academia Brasileira de Letras), D. Aquino Correa, em grande missa campal:

" *Gloria in excelsis Deo!* Sim! Glória a Deus nas alturas morais da consciência brasileira, orientada, sempre mais, pelos princípios eternos do Evangelho, para *este regime de ordem na disciplina e de progresso no trabalho...* [grifo nosso] Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fúlgida etapa dessa marcha para o Oeste, que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros, na pessoa do Interventor Pedro Ludovico..."⁵

Nos discursos oficiais, as menções ao valor simbólico de Goiânia em relação à campanha da Marcha eram a tônica, tanto daqueles pronunciados por autoridades locais, como por representantes da esfera federal. Veja-se, por exemplo, trechos da fala do conhecido intelectual goiano Benedicto Silva, então auxiliar direto de Pedro Ludovico: "Para nós, Goiânia é o ponto de referência da marcha para o Oeste. É a estrela guiadora das caravanas de progresso e de trabalho, que hão-de vir lavrar as terras, multiplicar as colheitas, usufruir os recursos e industrializar as matérias primas do Brasil Central."⁶

Da parte das autoridades federais presentes em Goiânia naquela quadra, veja-se certo trecho de uma fala do então presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística _ IBGE _, J. C. Macedo Soares, o órgão da administração federal que, na época, mais assumidamente tomou a frente de iniciativas desta esfera de governo, relativas à inauguração de Goiânia:

"Esse impulso vigoroso da civilização, visando ao domínio completo do patrimônio que nos legou o espírito bandeirante, encontra em Goiânia a sua primeira e vitoriosa etapa. É um exemplo magnífico de compreensão objetiva dos problemas nacionais; é um milagre da inteligência criadora do homem brasileiro; é uma demonstração a mais da nossa capacidade para empresas grandiosas - esse espetáculo de fé nos destinos do Brasil que Goiás nos oferece, como exemplo admirável de predestinação histórica." ⁷

Numerosos outros exemplos de discursos deste gênero, entre os pronunciados em Goiânia, na época, poderiam ser arrolados, o que nos parece ocioso. Mencionaremos, porém, um telegrama enviado pelo Marechal Cândido Rondon, por ocasião dos eventos em tela, ao então presidente do IBGE:

"Digne-se V.Exa... receber os meus efusivos e entusiásticos aplausos pelo estrondoso êxito de cooperação patriótica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na organização, direção e execução das solenidades cívicas para a efetivação da inauguração da nova Capital do estado de Goiás e pelo simbólico batismo cultural de Goiânia... *a maior festa de brasilidade* [grifo nosso] que até hoje o Brasil celebrou no coração de seu vastíssimo e incomparável território..." ⁸

O "grande homem": à guisa de conclusão

Em outubro de 1969, quando Pedro Ludovico, então no seu terceiro mandato como senador federal, foi cassado pelo regime da Revolução de 1964, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek escreveu-lhe uma carta de solidariedade; veja-se alguns de seus trechos:

"Os caçadores estão, mesmo, apurando a pontaria... O que os incomoda é a existência de um grande e autêntico Líder que... conservou intactos a sua autoridade e o seu prestígio de Chefe querido e respeitado. [...] *Goiânia é uma jóia que as suas mãos burilaram para benefício das gerações futuras. Graças a ela, as atenções se despertaram para o Brasil abandonado, levando-me a empreender a caminhada que iria completar o avanço considerável que você havia realizado.* Proscritos, ambos, da vida pública do Brasil, tenho certeza de que, ao longo da história, os *nossos nomes permanecerão como símbolo e expressão dos bandeirantes* que sonharam com a grandeza do seu País." (Grifos nossos) ⁹

Assim como, na memória popular do conjunto dos brasileiros, a fundação de Brasília está associada à imagem política de J. Kubitschek, para os goianos, a criação de Goiânia relaciona-se com a figura de Pedro Ludovico Teixeira. Por mais de 30 anos (entre 1930 e 1964), foi P. Ludovico o grande "cacique" da política goiana. Os estudiosos do assunto costumam considerar o "Ludoviquismo", no Estado de Goiás, mais uma situação de oligarquia no poder, em substituição ao "Bulhonismo", ao "Xavierismo" e ao "Caiadismo", que aí se sucederam na República Velha. (Vasconcellos,1984 e Menezes,1981, p.ex.) Ao nível do simbólico, todavia, se as primeiras são lembradas como imagens do "atraso" a que Goiás estivera fadado, a ação de Pedro Ludovico e o

mais que sobreveio à Revolução de 1930 representam o "progresso" deste Estado - econômico, cultural e mesmo político (afinal, ao menos o "jaguncismo", enquanto instituição, desapareceu).

Quanto à cidade de Goiânia, acreditamos que seja bastante difícil encontrar-se, entre os goianos (aí incluída a autora deste trabalho), alguém que não se orgulhe da jovem Capital do seu Estado - excetuados desta regra os vilaboenses, naturalmente. Reside aí, por certo, em grande parte, a origem da auréola mítica de que se dotou a figura de Pedro Ludovico, muito embora seja ele também conhecido pelo caráter excepcionalmente autoritário de sua liderança. (Ver depoimentos em Queiroz, 1990, p. ex.)

Fontes impressas e Bibliografia

- BRASIL, Americano do. *Súmula da História de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961. (1ª ed. 1932)
- CAMPOS, F. Itami. Mudança da Capital: uma estratégia de poder. *Cadernos do INDUR*, Goiânia, Vol. 2, No.2, nov/1980, pp. 29-39.
- CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1983.
- COSTA, Gerson. *Goiânia, a metrópole do Oeste*. Goiânia: Prefeitura de Goiânia/Ass. Esp. Cultura, 1985 (1ª. ed., 1947)
- FIGUEIREDO, Paulo de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Contribuição às comemorações do centenário de nascimento do Pres. Getúlio Vargas. Brasília: Centro Gráfico/Senado Federal, 1984.
- IBGE/CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- MENEZES FILHO, Servito. Estabilidade política em Goiás: algumas observações. *Revista do ICHL*, Goiânia, Vol. 1, No. 1, dez/1981, pp.167-201.
- MONTEIRO, Ofélia. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- PIMENTA NETTO. (Org.) *Anais do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1993.
- QUEIROZ, Luiz Alberto. (Org.) *O velho cacique*: depoimentos sobre Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: Ed. Líder, 1990.
- SABINO JÚNIOR, Oscar. (Org) *Goiânia documentada*. Goiânia; Museu Estadual/ Serviço de Documentação, 1960.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1973.
- VASCONCELLOS, Lauro de. *O encantamento do mundo ou coisa do povo*. Piracicaba, 1984. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) Escola de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo.

Notas

¹ Pedro Ludovico Teixeira, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, d.d. Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado, Goiás, Imprensa Oficial, 1933.

² O documento do qual foi retirado este trecho intitula-se "Relatório apresentado ao Sr. Dr. Interventor Federal, em Goiás, pelo engenheiro urbanista Dr. Armando de Godoy, relativo à construção da nova Capital do Estado de Goiás nas proximidades da cidade de Campinas" e é datado de 24 de abril de 1933. Acha-se na íntegra em Monteiro, 1938: 48-66.

³ Gerson de Castro Costa, durante o Estado Novo, dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda _ DIP _, do Estado de Goiás, órgão então diretamente subordinado à Interventoria Federal. (Ver Menezes, 1991:89)

⁴ Acha-se na íntegra em Teixeira, 1973:183)

⁵ Acha-se na íntegra em Pimenta Netto, *op.cit.*:33-36.

⁶ O discurso acha-se na íntegra em Teixeira, 1973:206-211.

⁷ O discurso acha-se na íntegra em Teixeira, 1973:206-211.

⁸ Acha-se na íntegra em Pimenta Netto, 1993:50-51.

⁹ Acha-se em Queiroz (org.), 1990: 177.